

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

**PERSEGUIÇÃO AO POVO ROHINGYA EM MIANMAR: UM OLHAR SOB A  
PERSPECTIVA DO DIREITO INTERNACIONAL E DA DIGNIDADE HUMANA**

**Autor(res)**

Katellen Lorrynne Lopes Freire  
Habib Ribeiro David  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

**Introdução**

A tragédia enfrentada pelo povo Rohingya, minoria étnica muçulmana residente no Estado de Rakhine, em Mianmar, constitui um dos episódios mais alarmantes de violação dos direitos humanos contemporâneos. Desde a década de 1970, mas com intensidade crescente a partir de 2017, esse grupo vem sofrendo perseguição sistemática por motivos étnico-religiosos, incluindo expulsões em massa, violência sexual, execuções e destruição de comunidades inteiras. Tal cenário escancara o fracasso das instituições estatais em assegurar a cidadania e expõe a negligência internacional diante de uma limpeza étnica que desafia os pilares do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos.

**Objetivo**

Investigar, sob o enfoque jurídico internacional, os desdobramentos da perseguição aos Rohingyas, analisando o reconhecimento da apatridia, a negação de cidadania e a responsabilidade do Estado de Mianmar perante a comunidade internacional.

**Material e Métodos**

A pesquisa foi elaborada com base em análise documental e bibliográfica, utilizando relatórios das Nações Unidas, decisões judiciais internacionais, convenções e doutrinas jurídicas. Foram observados instrumentos como a Convenção de 1948 para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, o Estatuto de Roma de 1998 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também se examinou a legislação interna de Mianmar, especialmente a Lei de Cidadania de 1982, que institucionaliza a exclusão dos Rohingyas. O método aplicado é qualitativo e descritivo, permitindo identificar a correlação entre a violação da dignidade humana e a omissão estatal no cumprimento das normas internacionais.

**Resultados e Discussão**

A análise revela que os atos cometidos contra os Rohingyas configuram crimes de genocídio, conforme os

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

parâmetros da Convenção de 1948. A privação da cidadania transforma milhões de pessoas em apátridas, negando-lhes o direito de existir juridicamente. As operações militares lideradas pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) resultaram em execuções sumárias, estupros coletivos e destruição de vilas, evidenciando uma política deliberada de extermínio. Em 2019, a Corte Internacional de Justiça reconheceu indícios suficientes para processar Mianmar por genocídio, consolidando um marco na responsabilização internacional por violações em larga escala. Contudo, persistem entraves políticos e diplomáticos que limitam a eficácia das sanções e da reparação às vítimas. O caso Rohingya simboliza, portanto, o embate entre a soberania estatal e o dever internacional de proteger os direitos humanos universais.

#### **Conclusão**

A perseguição ao povo Rohingya revela a falência de Mianmar em assegurar direitos fundamentais e o enfraquecimento da proteção internacional diante de crimes de massa. O caso reafirma a importância da Corte Internacional de Justiça como instrumento de responsabilização e evidencia a urgência de fortalecer mecanismos globais de prevenção, justiça e reparação, garantindo a prevalência da dignidade humana sobre a impunidade.

#### **Referências**

- ONU. Relatório da Missão Internacional Independente sobre Mianmar, 2018.  
CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. The Gambia v. Myanmar (Genocide Convention), 2019.  
CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E PUNIÇÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, 1948.  
ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, 1998.  
ACNUR. Relatório sobre Apatriadia e os Rohingyas, 2020.  
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2017.